

**INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR DE PROMOTORES A ANEXAR AO
AVISO PARA REALIZAR REUNIÕES, COMÍCIOS, MANIFESTAÇÕES OU DESFILES
EM LUGARES PÚBLICOS OU ABERTOS AO PÚBLICO**

1. PROMOTOR

Nome:

Morada:

Código Postal:

Localidade:

Freguesia:

Telemóvel:

Email:

2. DECLARAÇÃO

2.1

“Declaro que são verdadeiras as informações constantes no requerimento e acima prestadas”.

2.2 Política de Privacidade:

Sim Não

Tomei conhecimento da Política de Privacidade e Proteção de Dados do Município de Portimão disponível em <https://www.cm-portimao.pt/rgpd>

Localidade:

Data:

Assinatura

Informações sobre o tratamento de dados pessoais (artigo 13.º do RGPD). O destinatário e responsável pelo tratamento é o Município de Portimão cujos contactos constam do timbrado deste formulário, o Encarregado de Proteção de Dados pode ser contactado através do email: epd@portimao.pt. O tratamento dos dados é necessário ao cumprimento de obrigações legais nos termos da Constituição da República, Código do Procedimento Administrativo e da legislação que regula o Direito de reunião, decreto-lei n.º 406/74, de 29 de agosto na sua versão atual. O prazo de conservação é o necessário à finalidade de tratamento acrescido do prazo previsto na legislação incluindo de arquivo municipal. Os/as titulares dos dados pessoais têm os direitos, nos termos e condições definidos legalmente, de acesso aos dados pessoais, retificação, apagamento, limitação do tratamento e de se opor ao tratamento. Têm ainda o direito de apresentar reclamação à autoridade de controlo, Comissão Nacional de Proteção de Dados. Poderá obter mais informações sobre o tratamento dos seus dados pessoais pelo endereço de correio eletrónico epd@cm-portimao.pt. A comunicação dos seus dados pessoais poderá ser efetuadas para autoridades e serviços municipais, nos termos e condições do parecer n.º 11/2021 da Procuradoria-Geral da República, publicado em DR 2.ª Série de 28 de outubro, tendo o n.º 2 do artigo 28-A do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, artigo 6.º da Lei n.º 59/2019 e a alínea g) e o n.º 2 do artigo 9.º do RGPD como base de licitude.